

Contribuição para uma Sociologia dos interesses pessoais e colectivos na família ocidental* **

François de Singly***

Alguns sociólogos, como Alain Caillé¹, interrogam-se sobre se a Sociologia do interesse é interessante, considerando que esta noção é ao mesmo tempo demasiado simples para analisar o real e demasiado imprecisa, já que tudo pode ser "interessante". Não obstante essas críticas, a análise que *Fortune et infortune de la femme mariée*² propõe coloca-se claramente na perspectiva de uma Sociologia do interesse: será que as mulheres e os homens casados têm interesse em viver juntos? Antes de responder a esta questão, é necessário colocar certas questões prévias.

A natureza dos interesses em jogo

A definição de egocentrismo - ou seja, para usar os termos de Albert Hirschman³, "a atenção dominante do actor para com as consequências que para ele próprio resultam de uma dada acção" - é insuficiente, na medida em que não especifica a finalidade das práticas postas em acção. *Fortune et infortune de la femme mariée* restringe os interesses à gestão do capital monetário, social e escolar que um indivíduo possui. Segundo esta perspectiva, "defender o interesse pessoal é tentar preservar o melhor possível o valor pessoal de cada um - sendo a posição socio-profissional do grupo de pertença ou origem um dos melhores indicadores sintéticos desse valor social"⁴.

Esta concepção dos interesses vai ao encontro da problemática das estratégias de reprodução inaugurada por Pierre Bourdieu⁵. Como este autor sublinha, os grupos sociais elaboram estratégias "objectivamente orientadas para a conservação

* Este texto é uma versão reformulada e enriquecida da comunicação apresentada ao seminário sobre "Família e meios sociais", Lisboa, organizado pelo Grupo de Estudos da Sociologia da Família (GREF) do CIES/ISCTE, em Abril de 1989. Pretende ser uma apresentação crítica dos meus trabalhos em Sociologia das relações conjugais (no seio de famílias de assalariados). Agradeço a Karin Wall o convite amável que me dirigiu.

** Tradução de Miguel Wandschneider

*** Professor de Sociologia da Universidade de Rennes 2 (França)

ou o aumento da posição do património e, correlativamente, para a manutenção ou melhoria da posição do grupo na estrutura social".

A lista das estratégias - de fecundidade, de sucessão, de investimento em relações sociais, educativas, profiláticas, estritamente económicas, matrimoniais - põe em relevo o lugar central da família no dispositivo de reprodução das classes sociais. Os trabalhos sobre a escolha do cônjuge têm mostrado essa função das estratégias de reprodução aplicadas à eleição do cônjuge, mesmo num regime liberal, num sistema em que os casamentos explicitamente arranjados não são mais a forma dominante. Neste contexto, os estudos desempenham o papel do capital escolar, resultante das estratégias educativas, posto que permitem um melhor posicionamento no mercado matrimonial⁶.

Interesses de classe, interesses de sexo

A problemática das estratégias de reprodução das classes sociais torna invisíveis certos aspectos da realidade, designadamente as relações sociais de sexo. A identidade sexual não é integrada. Tudo se passa como se o sexo, ou o género, fosse um elemento secundário do mundo social: o facto de se ser homem ou mulher não teria grande importância, o que prevalece é o objectivo, consciente ou não, de defender ao máximo os interesses da sua família [*lignee familiale*] (e de contribuir, por este meio, para a reprodução simples ou alargada das classes sociais).

Em *Fortune et infortune de la femme mariée*, que conserva o ponto de vista da definição do valor social, toma-se em consideração "o sexo dos capitais"⁷, a fim de discernir como se combinam os interesses de classe e os interesses de sexo. Assim, a categoria de "bom casamento" - isto é, um casamento em que a mulher obteve em troca do seu valor um homem dotado de um valor superior - é construída por referência exclusiva às estratégias de reprodução social, sem que se saiba se os interesses pessoais daquela mulher foram melhor preservados por uma tal união. Prever que a mulher é indubitavelmente a triunfadora equivale a considerar que ser "mulher de um quadro", por exemplo, é o mesmo que ser um "homem quadro", como se os rendimentos materiais ou simbólicos extraídos do trabalho assalariado pudessem ser confundidos com os de um processo de intercâmbio entre os cônjuges. Ora, como o demonstram as análises de Cristine Delphy⁸, a equivalência entre a posição do marido e a posição da esposa oculta a relação específica de produção doméstica, isto é, a dependência da mulher em relação ao seu marido, que a obriga a fornecer um "trabalho gratuito".

Mesmo sem considerar a priori, como na teoria feminista, que os interesses do homem e os interesses da mulher são contraditórios, não há também, por obra e graça do casamento e da união livre, acordo imediato que garanta a harmonia entre ambos. É precisamente esta a questão que se põe: de que maneira conseguem os homens e as mulheres preservar os seus interesses respectivos, isto é, os seus valores sociais respectivos no seio do grupo doméstico?

A família é uma ilusão

Esta postura obriga a romper com o raciocínio em termos de "linhagem", de "família", de "casal". Retomemos o exemplo do "bom casamento", desta vez para o homem de uma sociedade camponesa. Do ponto de vista das estratégias de reprodução, levar a cabo uma tal união é um bom negócio para a linhagem familiar deste homem. Mas a sua mãe, que vê chegar a nora, socialmente superior, corre o risco de ser dominada e de não ser mais a patroa da casa. Os interesses particulares da sogra não são tão facilmente conciliáveis com os interesses gerais que o sociólogo constrói e indica sob a noção de linhagem.

A família não existe. Este enunciado não tem por função impôr, como no colóquio nacional de 1983 - Investigação e Famílias em França⁹ - o plural do termo para criticar a família conjugal como modelo de referência: quer dizer que a família se constrói, eventualmente, como unidade doméstica no decorrer de um processo instável de negociação entre os actores envolvidos, que tentam defender os seus interesses recíprocos. É de facto objecto do trabalho sociológico detectar algumas das articulações entre os diversos tipos de interesse em jogo numa família, os quais podem contribuir para a elaboração dos interesses colectivos. A construção social - no sentido que lhe dá Peter Berger¹⁰ - de um grupo conjugal é duplamente complexa:

- em primeiro lugar, com a gestão das contradições "internas" a cada cônjuge (por exemplo, terá um homem mais interesse em casar com uma mulher dotada de um bom capital escolar ou com uma mulher dotada de grande competência para a gestão doméstica? Deverá a sua escolha ser feita enquanto membro da sua linhagem familiar ou enquanto membro do grupo dos maridos?)
- e, em segundo lugar, com a gestão das contradições "externas" entre os interesses de um e do outro cônjuge (por exemplo, com a escolha entre uma promoção e um mais forte investimento profissional para o homem, ou uma "dupla carreira" para o casal).

O casamento, um mau posicionamento para a mulher?

A confusão entre os interesses masculinos e femininos na perspectiva das estratégias de reprodução faz com que a análise se restrinja à formação do grupo conjugal, e em consequência os cálculos são comuns. Na perspectiva feminista é igualmente inútil estabelecer uma contabilidade conjugal visto que os resultados são conhecidos de antemão: a mulher só tem a perder e o homem só tem a ganhar. As mulheres casadas são mulheres roubadas. Há uma novela de Guy de Maupassant que pode ser lida como uma ilustração desta tese¹¹:

Trata-se da história de Jeanne Cordier que traz ao seu marido - o Dr. Simon Lebrument - "trezentos mil francos líquidos em notas de banco e em títulos ao portador". Graças às atenções de seu marido, a Sra. Lebrument descobre os

encantos do amor e exige incessantes carícias e beijos... Ao fim de alguns dias, o Sr. Lebrument propõe à sua esposa uma pequena viagem de núpcias a Paris: "Faremos como os amantes que não são casados, iremos aos restaurantes, ao teatro, aos cafés-concerto. E avisa o teu pai para que tenha o dote pronto; levá-lo-ei connosco e aproveitarei essa ocasião para pagar ao Dr. Papillon (para a compra do seu escritório)." O Sr. e a Sra. Lebrument partem para Paris. Quando aí chegam, tomam o autocarro para irem ao restaurante. Ele "sobe ao andar de cima para fumar" e pede à sua mulher que entre e se sente. Vaugirard! Vaugirard! O condutor solicita à Sra. Lebrument que desça, é o fim da linha. Ela não compreende! O seu marido desapareceu... Desesperada, ela vai ter com um primo que lhe pergunta: " - Trazia muito dinheiro com ele? - Sim, levava o meu dote - O seu dote?... inteiro? - Inteiro para entretanto pagar o escritório que comprou.- Ora bem! minha querida prima, a esta hora o seu marido deve estar a caminho da Bélgica".

O casamento arruinou brutalmente a Sra. Lebrument. Será que ele provoca sempre um tal efeito no capital económico ou cultural da mulher?

O casamento não atinge as outras mulheres do mesmo modo. O dote - hoje escolar - não desaparece, mas não vale tanto no mercado de trabalho quanto um diploma idêntico possuído por um homem casado. A vida conjugal produz uma desvalorização profissional do capital financeiro.

Tomemos como base de comparação os rendimentos monetários de um homem solteiro com idade entre os 26 e os 50 anos, que completou o ensino secundário unificado ou o complementar. Supondo que este ganha 100 francos franceses, um homem com características semelhantes (com a mesma idade e o mesmo nível escolar) mas casado e pai de uma criança ganha 119 francos, e 128 francos se for pai de duas crianças. Uma mulher solteira com escolaridade e idade comparáveis ganha 102 francos. Se for casada e mãe de uma criança os seus rendimentos são de 80 francos, e decaem para 72 francos se for mãe de duas crianças: O casamento favorece mais os homens.

Uma metáfora de August Strindberg em *Casados!* ilustra esta desigualdade originada pela vida conjugal¹². Os companheiros "parecem-se com dois cavalos de corrida. Foram pesados antes da corrida e constatou-se que os seus pesos eram idênticos; eles tinham prometido correr à mesma velocidade: estava tudo tão bem calculado que eles deveriam concluir a corrida ao mesmo tempo e sair da competição juntos. Mas de facto o marido ganhou algum avanço sobre ela. Se ela não se apressasse ficaria em último. E foi o que aconteceu."

Variações do custo profissional

O custo profissional do casamento não é o mesmo para o conjunto das mulheres. Ele depende de três factores:

- A forma da vida conjugal, e particularmente, como acabámos de ver, a transformação eventual do grupo conjugal em grupo doméstico, para usar os termos de Émile Durkheim¹³.
- O montante do capital escolar. Quando o capital escolar é elevado, a relação entre diploma e posição profissional é menos sensível ao estado matrimonial¹⁴. No caso oposto, a mobilização e o sobreinvestimento profissional deverão ser mais fortes, o que desfavorece mais as mulheres do que os homens.
- O equilíbrio do grupo conjugal, isto é, do nível relativo dos dois capitais escolares. A desvalorização relativa da mulher diminui quando esta vive com um homem bem dotado de capital escolar. Assim, por exemplo, das mulheres assalariadas que estudaram até aos 16 anos, aquelas que se casaram com um homem que deixou de estudar antes dos 15 anos têm a oportunidade (estatística) de serem quadros em 4% dos casos, subindo para os 14% dos casos quando casavam com um homem que deixou de estudar entre os 15 e os 19 anos.

Essas variações, por mais importantes que sejam, nunca se invertem: qualquer que seja a forma, a fortuna e o equilíbrio, a mulher é mais desfavorecida no mercado de trabalho, relativamente ao marido, para rentabilizar o seu capital escolar. As mulheres têm de pagar um preço pelo casamento, mesmo se algumas conseguem atenuá-lo.

A ambiguidade do casamento para as mulheres

A Sra. Lebrument ficou arruinada. O destino das mulheres casadas nas cidades do Ocidente não é comparável ao dela. O facto de essas mulheres obterem no mercado de trabalho um rendimento mais fraco do seu capital não significa uma erosão generalizada do seu valor social. Deste modo, quando uma mulher separada se apresenta de novo no mercado de casamento, ela consegue obter, na maioria dos casos, em troca do seu valor social, um valor masculino equivalente ao que obtivera da primeira vez¹⁵. O seu segundo marido terá um valor idêntico ao primeiro, do ponto de vista da posição socio-profissional. É o reflexo da estabilidade do capital feminino no casamento, que perdura para além da vida conjugal.

O casamento tem um duplo efeito sobre as mulheres. Ele provoca, por um lado, a subvalorização do capital no mercado de trabalho; por outro, a manutenção do valor do capital no mercado do novo casamento.

Ele é pois uma instituição equívoca para a mulher, tese desenvolvida em *Fortune et infortune de la femme mariée*. As consequências negativas da vida familiar, evidenciadas no mercado de trabalho, não provocam uma queda geral do valor feminino. No mercado matrimonial, a segunda cotação é muitas vezes

equivalente à cotação anterior. Uma engenheira, casada com um engenheiro e que interrompeu durante vários anos a sua vida profissional, não voltará a ser engenheira (de valor idêntico ao seu marido) por milagre, em caso de divórcio, mas poderá sem dúvida casar novamente com um homem de nível equivalente, um outro engenheiro.

O casamento é, talvez, um excelente banco para as clientes com a condição de que elas o não abandonem! Elas podem mudar de banqueiro (de marido), mas não devem abandonar o sistema bancário (o casamento), uma vez que aí depositam durante um certo tempo o seu capital cultural. Abandonar o matrimónio sai caro às mulheres; é o signo da sua maior dependência conjugal e das relações sociais de sexo.

Valor social e valor moral

Admitindo que a união se mantenha estável e que, por conseguinte, a mulher tenha acesso aos rendimentos do capital do seu companheiro, poder-se-á concluir que o casamento não a vem prejudicar, posto que é sobretudo a dissolução do casamento o que torna visíveis as suas consequências? Será que o casamento afecta do mesmo modo os rendimentos monetários ou simbólicos (como o estatuto) dos investimentos pessoais da mulher e, indirectamente, dos investimentos do seu companheiro?

Poder-se-á considerar o rendimento do capital social e escolar de uma mulher doméstica casada com um quadro superior equivalente ao rendimento de um capital com o mesmo volume possuído por uma mulher casada com um quadro médio, mas ocupando ela própria uma posição de classe média? Responder afirmativamente é ignorar a relação que as mulheres estabelecem com o seu próprio destino. Com efeito, nem todas as mulheres são indiferentes à origem dos seus recursos. Algumas preferem conservar a gestão dos seus rendimentos. Elas não aceitam que os respectivos maridos se tornem, digamos, os seus corretores. Outras, pelo contrário, não se sentem chocadas com essa divisão do trabalho: o importante, nestes casos, é a partilha equitativa dos rendimentos masculinos.

Existe, portanto, um profundo desacordo entre essas duas visões do mundo conjugal, entre essas duas maneiras de fazer as contas:

- Num caso, fazer fortuna na qualidade de "mulher de" parece um infortúnio (cf. as novelas que têm as crises como tema);
- No outro caso, é visto como algo de natural, desde que a união seja estável. Essa desvalorização profissional não é obrigatoriamente mal vista pelas mulheres. A interiorização do modelo de "boa esposa" e de "boa mãe" torna a dependência evidente e positiva. A *desvinculação* profissional é feita em nome da dedicação. Em *Le Complexe de Cendrillon*¹⁶, Colette Powling descreve muito bem esse movimento. Depois de um divórcio e de quatro anos de vida solitária, ela apaixonou-se de novo, sem estar submissa (versão negativa da dependência), mas sim atenta (versão positiva): "Eu tinha o hábito de passar muitas horas por dia a escrever. Daí em diante, o meu tempo

parecia absorvido pelas tarefas domésticas. Depois de muitos anos de refeições congeladas preparadas à pressa, pus-me a cozinhar... Todos os dias dedicava algum tempo a aprender, cuidava de uma planta, ateava o lume... Sentia-me protegida, pela primeira vez depois de tantos anos, e achei que deveria esforçar-me por tornar o lar aprazível. Fiz o meu ninho... À tardinha, preparava refeições majestosas que exibia com orgulho sobre a mesa farta de uma verdadeira sala de jantar. Durante o dia, lavava, limpava, cuidava das minhas plantas. À noite dactilografava os manuscritos do meu companheiro, como se fosse a sua secretária. Tendo vivido durante dez anos daquilo que escrevia, tinha a impressão que esmerar-me a dactilografar para uma outra pessoa era o melhor que tinha a fazer. Sentia-me bem comigo própria."

Verifica-se então que o sistema de gestão indirecta do capital feminino é compatível com o sistema de valores "comunistas" e que o sistema de gestão directa é compatível com o sistema de valores "autogestionários"¹⁷. A institucionalização das relações conjugais e a eternização do casamento constituem garantias no caso de uma gestão predominantemente indirecta (modelo da dona de casa) enquanto no caso de uma gestão predominantemente directa (modelo do casal com dupla carreira) tais valores morais perdem a sua importância com a diminuição do custo da mobilidade matrimonial.

A construção do interesse colectivo

A dúvida metódica a respeito da existência de um interesse colectivo significa, recorde-se, que esta deve ser demonstrada¹⁸. Para demonstrá-la, é preciso definir os dois sentidos que pode revestir o interesse conjugal. Em primeiro lugar, o interesse colectivo resulta de uma fusão entre os interesses de um e do outro cônjuge. Em segundo lugar, ele é criado a partir de uma negociação entre os interesses masculinos e os interesses femininos. A criança é um bom exemplo do capital do *grupo doméstico* composto pela contribuição de ambos os pais¹⁹.

O conjunto das pessoas casadas rejeita a construção do interesse conjugal no primeiro sentido do termo. Os adeptos da autogestão doméstica sonham com uma vida do casal sem efeito, com um "casamento invisível", ou seja, com uma coexistência pacífica e amorosa em que os capitais de cada um não seriam afectados nem pelo casamento nem pela união livre. A mulher conservaria o controle sobre as suas riquezas sociais e culturais e não confiaria a gestão da sua fortuna ao marido. Para os partidários do comunismo conjugal, pelo contrário, a divisão sexual do trabalho, que obriga o homem a assumir a função de provedor dos rendimentos (de maneira dominante na variante modernista do modelo, com o trabalho a tempo parcial da mulher), não é um elemento perturbador, na medida em que os rendimentos materiais e simbólicos originados pelo trabalho masculino são distribuídos de forma equitativa. Ao caracterizar a posição social da família, e da mulher vivendo em situação conjugal a partir da posição do homem (designado

por "chefe de família" ou "pessoa de referência"), a Sociologia adota por boas razões empíricas e más razões teóricas, aquela atitude. O capital masculino marca a posição colectiva e também a posição feminina. Ao proceder desta forma, a Sociologia toma posição sem o saber, nas lutas sociais pela definição da "boa forma" das relações conjugais, colocando-se ao lado dos fusionistas.

Considerando a forma dominante da divisão do trabalho entre os cônjuges, o interesse individual do homem torna-se, mais frequentemente do que o interesse individual da mulher, interesse colectivo ou conjugal. Através desta transformação, as razões do homem para investir no mercado de trabalho sofrem também elas modificação. O marido trabalha em nome do grupo. O melhor rendimento que os pais de família obtêm dos respectivos diplomas, em comparação com os homens solteiros (que em tudo o mais são iguais a eles) ou com os homens casados sem filhos, deriva da interiorização dessa delegação (e também, sem dúvida, do reconhecimento pelos patrões dos efeitos benéficos associados a esta).

Enquanto que o homem é, por assim dizer, o "portador de capital" no mercado matrimonial, a mulher é especializada na fabricação do capital do *grupo doméstico*. O marido assegura o interesse colectivo no primeiro sentido, a esposa no segundo. Ora, se os dividendos são redistribuídos equitativamente entre os cônjuges, em caso de separação o homem conserva o seu capital profissional, incluindo as contribuições que decorrem da delegação conjugal. Ele lucra com o facto de ter sido o representante do "colectivo". Os acrescidos investimentos da mulher na produção dos filhos são menos rentáveis a longo prazo visto que os filhos constituem "capitais" que adquirem progressivamente a sua autonomia. O interesse colectivo (no primeiro sentido) reforça o valor social do homem: o interesse colectivo (no segundo sentido) aumenta pouco a fortuna social da mulher. O interesse geral beneficia mais os interesses particulares do sexo ou do género dominante na sociedade.

Uma explicitação frágil

Albert Hirschman pressupõe que existem dois elementos essenciais que caracterizam "a acção motivada pelo interesse: o egocentrismo e o cálculo racional, isto é, o esforço sistemático para avaliar de antemão os custos, benefícios, satisfações, etc."²⁰ O autor considera esta segunda característica como o "elemento fundamental" da doutrina utilitarista. *Fortune et infortune de la femme mariée* não aplica estes pressupostos. Por um lado, não se afirma que os indivíduos agem egoisticamente para defender os seus interesses: apenas se o admite a título de hipótese, a fim de avaliar a distância que separa a realidade desse modelo teórico do egocentrismo. Por outro lado, não se leva em conta o grau de explicitação dos cálculos. Pouco importa que os homens e as mulheres façam cálculos, os ganhos e os custos são medidos a posteriori pelo investigador. Como Pierre Bourdieu sublinha, o interesse é "uma construção histórica, ele só pode ser conhecido através do conhecimento histórico, *ex post*, empiricamente, e não deduzido *a priori* de uma natureza transhistórica."²¹

Apesar de tudo, este *parti-pris*, coerente com o processo de objectivação sociológica²², apresenta um limite importante. Para retomar os próprios termos da nossa problemática, os benefícios assegurados pela visibilidade dos efeitos da vida conjugal sobre o valor social dos cônjuges acarretam um certo custo, o da ignorância sobre a maneira como os indivíduos fazem ou não os seus cálculos. O amor e as vantagens afectivas foram *a priori* evacuados das trocas, com o objectivo de tornar as outras trocas mais perceptíveis. Conservando-os, correr-se-ia o risco de atingir contas equilibradas pela magia amorosa, que autoriza todo o investimento afectivo - os beijos, os presentes - em troca de um dispêndio de capital. Como diz um ditado, a felicidade e o amor não têm preço, eles podem muito bem compensar, no plano do imaginário, qualquer desvalorização do capital²³. Ao separar teoricamente o que na realidade está intimamente ligado, ou seja, o fluxo dos capitais e o fluxo dos afectos (o que não significa que haja qualquer regra de equivalência entre estes dois níveis), o sociólogo pode finalmente abarcar a circulação dos primeiros. É certo que por instantes ele levantou a máscara do amor, mas não é menos verdade que também suprimiu as razões da fé dos cônjuges no próprio casal - a família contemporânea "funcionando" ideologicamente a partir do amor²⁴.

Sem levar em conta os resultados de pesquisas actuais sobre o amor e o capital, é preciso notar que a explicitação é incompatível com a organização conjugal. O senso comum afirma que em matéria de amor nada se contabiliza. À primeira vista, um tal enunciado aparece como evidente. Não se impôs o amor no Ocidente como o modelo das relações desinteressadas, contrariamente às relações matrimoniais? Como explicar então que em caso de crise - os advogados conhecem bem essa situação - os cônjuges se mostrem capazes de refazer publicamente as contas exactas? Se a explicitação das trocas parece incompatível com um funcionamento amoroso, isso não impede que cada um elabore a contabilidade privada, "interna", uma estimativa que deve aliás intervir aquando da manifestação pública (conjugal) do descontentamento. Aqueles que contabilizam individualmente não são visíveis, não existe elaboração comum de um sistema de trocas.

A história dos contratos completos revela essa resistência. No final dos anos 70, os sociólogos pensavam que iria desenvolver-se um tal procedimento²⁵. Com efeito, "na sede de igualdade, os casais insistem em escrever os termos do acordo que os liga"²⁶. São então inscritos "não apenas a repartição dos bens sob a gestão destes, possuídos antes ou no decurso do casamento, e as disposições financeiras em caso de morte ou divórcio, mas também os arranjos em caso de mobilidade e a repartição das tarefas educativas e domésticas entre cônjuges"²⁷. A concepção das trocas subjacente a esta explicitação prolonga-se nos anos oitenta, sem que isso determine o aumento do número dos contratos assim elaborados. Por que razão não se efectua a passagem de uma reivindicação explícita de partilha igualitária²⁸ à sua inscrição num contrato?

Uma novela de August Strindberg - "Sa servante ou débit ou crédit"²⁹ - ilustra a dificuldade no estabelecimento dessa contabilidade. Trata-se da história de um casal em que o homem é mestre de obras e a mulher doméstica. A deterioração da sua vida conjugal leva o marido a propôr-lhe: "Eu torno-me teu pensionista e pago

para viver aqui. Assim, serás tu o patrão da casa e eu pagarei as minhas refeições, que virei aqui tomar...É claro que eu quero pagar o que for preciso para que não possas pensar que eu estou em dívida para contigo. Graças a isso, a minha situação será também mais agradável, visto que não serei mais obrigado a receber tudo por caridade". E o marido propõe os seus cálculos, nos quais chega a exigir dinheiro à sua esposa em nome de uma partilha igualitária. A mulher recusa. Ele condescende: "Não procuraremos mais analisar o débito e o crédito do lar. Ora se tu queres saber onde está a tua conta, aqui a tens." E mostra uma factura assinada "pago ao Sr. Blankwood, mestre de obras". "Oh, é uma vergonha apresentar facturas à sua mulher", reage ela. O marido pergunta-lhe por fim: "Ainda queres fazer contas?" August Strindberg conclui assim: "A esposa nunca mais quiz fazer contas, nunca mais!"

A parcialidade do autor (a mulher faz um bom negócio em casar-se) não deve esconder a verdade daquela história, isto é, as dificuldades na elaboração das regras de equivalência entre bens e serviços de natureza diferente, reforçadas pelo próprio ritmo das trocas que são, na maioria das vezes, desiguais. É impossível esquecer, nesta perspectiva, a questão do preço do beijo³⁰, da atenção do companheiro, das relações sexuais. Os próprios signos do amor, que são considerados gratuitos, perderiam grande parte da sua eficácia ao tornarem-se, por contrato, comparáveis a uma meia-hora de *bricolage*, ao engomar de uma camisa (mesmo que, no outro sentido, a magia afectiva possa identificar *bricolage* e engomar como expressões de amor).

Há uma segunda razão que restringe o número de adeptos dos contratos³¹. Existe o risco implícito da sua desfiguração. Querer fazer cálculos, desejar que tudo seja claro, é provar que se quer estar certo de nada perder, de nada dar sem o saber, é revelar o seu carácter "interessado", mesmo no contexto de uma relação afectiva que por definição (social) deve ser "desinteressada". Como se por um efeito de auréola, a pessoa que formula uma tal exigência pode aparecer como movida unicamente pelos seus interesses pessoais, particulares e, por isso, incapaz de ter em atenção o interesse do cônjuge e o interesse do grupo doméstico. O amor conjugal exige daqueles que o veneram³² a demonstração de uma competência particular, a de saber "dar" tempo e tomar cuidado para que os respectivos cônjuges se sintam reconhecidos³³, sem que isso seja visto como um capital ou um património.

A imprecisão das condições em que se opera o conjunto das transações tem por função estabelecer a autonomia relativa de que o amor tem socialmente necessidade para agir, isto é, para dar resposta a certas necessidades de identidade. Peter Berger designou essa outra forma dos interesses na vida conjugal no seu texto clássico "O casamento e a construção da realidade"³⁴: a entrada no casamento constitui para cada um dos cônjuges "um resultado muito importante, a saber, um reforço ou uma estabilização da realidade objectivada em comum". Pela mediação do diálogo entre os cônjuges, "o mundo e a própria identidade dos cônjuges adquirem então um carácter mais sólido, mais estável para ambos". A existência desta segunda categoria de interesses constitui uma fonte de atração para homens

e mulheres, mesmo quando estas últimas pagam ou pensam pagar mais caro o acesso a essas vantagens.

Notas

- 1 A. Caille, "La sociologie de l'intérêt est-elle intéressante?", *Sociologie du travail*, 3, 1981.
- 2 F. de Singly, *Fortune et infortune de la femme mariée*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- 3 A. Hirschman, "Le concept d'intérêt: de l'euphémisme à la tautologie" in: *Vers une économie politique élargie*. Paris, Éditions de Minuit, 1986.
- 4 Em França, a nomenclatura das profissões e categorias socio-profissionais estabelecida pelo INSEE desempenha este papel. Cf. A. Desrosières, L. Thévenot, *Les catégories socio-professionnelles*. Paris, Éditions de la Découverte, 1988.
- 5 P. Bourdieu, "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction". *Annales ESC*, 1972, 27, 4-5, et "Avenir de classe et causalité du probable", *Revue française de sociologie*, 1974, XV, 1.
- 6 F. de Singly, "Mobilité féminine par le mariage et dot scolaire", *Economie et statistique*, 1977, 91.
- 7 F. de Singly, "Le sexe des capitaux". *Cahiers de l'Atelier Production-Reproduction*, 1986, et "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année sociologique*, 1987, 37. Cf. também o trabalho colectivo, *Le sexe du travail*. Grenoble. Presses Universitaires de Grenoble, 1984.
- 8 C. Delphy, "Les femmes dans les études de stratification", in: A. Michel (org.), *Femmes, sexisme et sociétés*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977 e "Mariage et divorce: l'impasse à double face". *Les Temps Modernes*, 1974, 29, 33-334.
- 9 Colóquio "Recherches et familles". *Revue française des affaires sociales*, 1983, número especial.
- 10 P. Berger, T. Luckmann, *La construction sociale de la réalité*. Paris, Méridien - Klincksieck, 1986.
- 11 G. de Maupassant, "La dot" in: *Toine*, 1886.
- 12 A. Strindberg, *Mariés!* (1884). Arles, Actes-Sud, 1986.
- 13 E. Durkheim, *Le suicide*. Presses Universitaires de France, Paris, 1960. O desenvolvimento da união livre ou da coabitação deriva, em parte, da tomada de consciência dessa dimensão. Algumas mulheres preferem a coabitação associada a uma entrada tardia na maternidade, a fim de evitarem os papéis tradicionais ligados ao desenvolvimento profissional da mulher. Cf. F. Battagliola, "Cohabitation, mariage et rapports entre les sexes", F. de Singly, "L'union libre, un compromis". *Dialogue, Recherches Cliniques et Sociologiques sur le couple et la famille*, 1986, 92.
- 14 Para mais detalhes, cf. F. de Singly, "Mariage, dot scolaire". *Economie et statistique*, 1982, 142.
- 15 F. de Singly, "Le second mari". *Population*, 1983, 1.
- 16 C. Dowling, *Le complexe de Cendrillon*. Paris, Grasset, 1982.
- 17 São assim designadas, por um lado, as mulheres "comunistas" reivindicando a fusão conjugal e a estrita divisão do trabalho entre os sexos - menos dotadas escolar e socialmente, mais à direita e católicas e, por outro lado, as mulheres "autogestionárias" reclamando uma autonomia comportamental e a partilha igualitária do trabalho profissional e doméstico - mais diploma das, mais à esquerda e "ateias" Cf. F. de Singly, "Accumulation et partage des ressources conjugales". *Sociologie du travail*, 1984, 3.
- 18 A. Hirschman, *op. cit.*
- 19 As contribuições que dizem respeito à formação desse capital doméstico - por exemplo, que colégio escolher para o seu filho? - são objecto de rivalidades conjugais. Assim se explica que a questão do poder doméstico se articule à da defesa dos interesses. Cf. F. de Singly, "La lutte conjugale pour le pouvoir domestique". *Revue française de sociologie*, 1976, XVII.
- 20 Cf. C. Delphy, "Les femmes dans les études de stratification", art. cit. e F. de Singly, *Fortune et infortune de la femme mariée*. Thèse de Doctorat d'Etat, Université de Paris V-Sorbonne, 1984, 2 volumes.
- 21 P. Bourdieu, "L'intérêt du sociologue" in: *Choses dites*, Paris, Éditions de Minuit, 1987.
- 22 Cf. P. Bourdieu, J. - C. Passeron, J. - C. Chanboredon, *Le métier de sociologue*. Paris - la Haye, Mouton - Bordas, 1968.

- 23 Salvas as exceções, o senso comum tem razão. Um beijo não tem preço, nenhum mercado lhe regula a distribuição. Excluir do cálculo os bens afectivos, como em *Fortune et infortune de la femme mariée*, é reconhecer a especialidade desses bens, ao contrário do que afirmaram alguns economistas (Cf., por exemplo, B. Lemennicier, *Le marché du mariage et de la famille*. Paris, Presses Universitaires de France, 1988).
- 24 D. de Rougemout, *L'amour et l'occident*, Paris, Plon, 1972; F. de Singly, "L'amour: un bien privé, un mal public?", *Revue française des affaires sociales*, 1988, 42, 2.
- 25 "Um número crescente de pessoas de todas as idades consideram este procedimento como uma condição prévia para a formulação ou a confirmação de uma relação tipo no casamento" Cf. M. Sussman, *Marriage, Divorce and the Family Newsletter*, 1975, 1, 7, citado por A. Michel (org.), *Femmes, Sexisme et Sociétés*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- 26 M. Sussman, art. cit.
- 27 L. J. Weitzman, "Legal Relation of Marriage: Tradition and Change, *California Law Review*, 1974, 62, 4, citado por A. Michel, *op. cit.*
- 28 M. Glaude, F. de Singly, "L'organisation domestique: pouvoir et négociation", *Economie et statistique*, 1986, 187.
- 29 A. Strindberg, *op. cit.*
- 30 Basta imaginar a perturbação do leitor face ao herói Andy Capp, que estabelece explicitamente a correspondência entre o beijo que dá à sua mulher Flo e a nota que lhe tira do saco.
- 31 Contratos que prevêm a totalidade das trocas. Pelo contrário, nada proíbe o estabelecimento e o sucesso de contratos incluindo os dos parceiros em união livre limitados aos meios associados a uma separação. Neste caso, o facto da contabilização torna-se normal.
- 32 Assim podem ser descritos certos efeitos de ideologia do amor conjugal. Da parte do autor não se trata de uma defesa da forma social de troca entre indivíduos.
- 33 Sobre este reconhecimento garantido pelo amor moderno, ver uma versão positiva em F. Alberoni, *Le choc amoureux*, Paris, Ramsay, 1981 e uma versão negativa em R. Sennett, *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Le Seuil, 1979.
- 34 P. Berger, H. Kelner, "Le mariage et la construction de la réalité". *Dialogue, Recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, 1988, 102. Esse número - o eu conjugal - é consagrado à discussão desse artigo clássico.